
Associativismos emergentes no âmbito dos novos movimentos sociais em Portugal

Susana da Cruz Martins¹

Notas introdutórias sobre a investigação

A criação de um objecto de estudo

O texto que se apresenta tem como perspectiva central a análise das *organizações sem fins lucrativos* enquanto expressão de novos movimentos sociais (NMS), a nível nacional. Nesta medida, destacar-se-ão dois eixos analíticos essenciais: a *localização de protagonismos sociais* que encontram fundamento na estrutura e na cultura social e que produzem, em simultâneo, transformações e continuidades observáveis nas formas de acção colectiva e na reflexividade face às instituições da sociedade moderna; e, ainda, a análise dos factores culturais, económicos, sociais e políticos do contexto nacional, favorecendo o entendimento da *construção de identidades colectivas contemporâneas*. A produção de análise sociológica sobre os novos associativismos, com ancoragem teórica nas perspectivas dos NMS, permite compreender parte das novas dinâmicas do terceiro sector e um reconhecimento do contexto das principais tendências e tematizações das sociedades contemporâneas.

Enquadramento teórico e considerações metodológicas

O conceito de movimento social remete-nos para um processo (uma dinâmica social específica) através do qual diversos actores (indivíduos, grupos informais e organizações) constroem uma autodefinição, a facção que está do mesmo lado num conflito social (Diani, 1992). Estes movimentos produzem significados em redes de interacção informal entre uma pluralidade de actores que, tendo uma identidade colectiva partilhada, se envolvem em conflitos culturais e/ou políticos. Touraine (1994) identifica, genericamente, movimento social através da simultaneidade de um conflito social e de um projecto cultural.

Melucci distingue movimentos sociais (enquanto fenómeno colectivo de classe social) de outros tipos de acção colectiva, pois se os primeiros operam a um nível sistémico, os segundos, embora tenham presente uma identidade colectiva e um conflito, podem não quebrar os limites de compatibilidade com o sistema. A acção colectiva, entendida por Melucci (1995: 11), resulta também de propostas, recursos e limites, ou seja de “uma orientação proposta construída por significados de relações sociais num sistema de oportunidades e constrangimentos”. Klaus Eder (1993) defende que tais formas de acção colectiva só se constituem enquanto movimentos sociais se tiverem como meta explícita a modernização da sociedade.

Para Claus Offe ocorreu uma transição de paradigma político, em que o “velho” se centra essencialmente na distribuição dos rendimentos e na segurança e o “novo”, onde os NMS se inscrevem, torna relevante as questões relacionadas com a identidade e a autonomia (como por exemplo, os direitos humanos, preservação dos aspectos físicos e estéticos do ambiente, etc.). Os novos movimentos, embora não sejam indiferentes àquele tipo de causa, visam reconhecer direitos culturais (Touraine, 1999). Estes movimentos transcendem, segundo Eder (1995), o campo das relações industriais e abrem novos campos sociais de conflito, fazendo sobressair as questões da *identidade, expressividade e vida boa*. Também Melucci defende que a grande experiência dos NMS se encontra radicada na esfera cultural, ou seja, apoiada na partilha de significados e nas formas de definir e interpretar a realidade.

¹ (CIES/ISCTE, ESES)

Estes são assim identificados porque, na sua produção simbólica, procuram novos significados de vida, ou seja, engendram “uma gramática de formas de vida” (Diani, 1993, citando Habermas, 1987).

De acordo com Giddens (1995: 131), embora o movimento operário tenha sido primordial para o desenvolvimento inicial das instituições modernas e do capitalismo, “reflece uma ênfase unilateral quer no capitalismo quer no industrialismo enquanto únicas forças dinâmicas significativas envolvidas na modernidade”. Actualmente outros movimentos têm importância, no carácter multidimensional da modernidade. Os recursos de informação estão no centro dos conflitos emergentes nas sociedades altamente diferenciadas (Melucci, 1995). O que significa que as formas contemporâneas de acção colectiva não têm como preocupações primordiais a produção e distribuição material, mas sim a transformação da racionalidade administrativa de sistemas baseados em informação. A informação surge, assim, como recurso essencial em novas formas de poder e de oposição.

Segundo Kriesi, Koopmans, Duyvendak e Giugni (citados por Appleton, 1999), os NMS podem ainda ser distinguidos de acordo com três tipos principais: os instrumentais; os da contracultura; e da subcultura. Próxima desta tipologia está a de Rucht (1990) que distingue dois tipos essenciais de movimentos: um, em que a lógica de acção é instrumental e, outro, em que é mais expressiva. O primeiro é orientado para o poder (participação, negociação, pressão e confronto político) e o segundo para a sua identidade (divergência reformista, retiro subcultural e transformação contracultural). Este autor toma por base a distinção de tipos de conflito de Habermas, centrados ora no “controlo sistémico”, ora nos padrões do “mundo da vida”, correspondendo a lógicas e estratégias de acção específicas.

Após o exercício sintético de apresentação de importantes formulações sobre os NMS (cf. Martins, 2001 e 2003), é já possível apresentar as dimensões centrais da presente análise. Desenvolveram-se, assim, *dimensões centrais* como tematizações e domínios de acção, identidade, composição social e valores.² O campo empírico aqui aprofundado remete para as *organizações da sociedade civil sem fins lucrativos*. O facto de abordarmos estas organizações como indicadores de movimentos sociais emergentes não significa dizer que os movimentos sociais são organizações associativas, mesmo que, como refere Diani (1992), sejam um dos seus traços dominantes. Os que conquistaram alguma importância desde os anos 60 trouxeram para a sociedade civil a visibilidade de novas questões, cujas “organizações não governamentais são um desdobramento deste processo” (Carvalho, 1998: 84). Tendo por referência as sociedades democráticas ocidentais, observa-se que os movimentos sociais que se vão expandindo com força política e lideranças consolidadas, programas estruturados de orientação ideológica e bases organizativas sedimentadas, tendem a reforçar a sua componente formal (Estanque, 1999). Situando estes movimentos no exterior da política partidária ou representativa, as suas conquistas apresentam tendencialmente um enquadramento institucional de tipo associativo (Beck, 1994).

A partir da delimitação possível deste universo, no que diz respeito à sua diversidade e extensividade, seleccionou-se um conjunto de dirigentes, cujas associações ilustrassem alguma diversidade das novas temáticas nas sociedades contemporâneas, para a realização de entrevistas semidirectivas. A escolha destes actores, enquanto interlocutores privilegiados, prende-se com a sua importância na construção de directrizes programáticas de acção, em que a sua discursividade evidencia valores, interesses e conflitos, localizáveis em lógicas de acção específicas. A selecção das entrevistas apoia-se na classificação de *lógica de acção* dos NMS, proposta por Rucht (1990) e aprofundada na pesquisa, no sentido de uma maior diversidade.³

² Embora aqui não haja oportunidade para aprofundamento, a análise destas dimensões permitiu uma articulação entre *os trajectos e formas organizacionais*, aprofundando as condições de emergência das associações, as suas feições organizacionais, dimensão, abrangência e redes de trabalho com outras entidades; e as *trajectórias sociais* dos dirigentes associativos, tendo em conta os seus recursos escolares e profissionais e as suas redes de sociabilidade (cf. Martins, 2001).

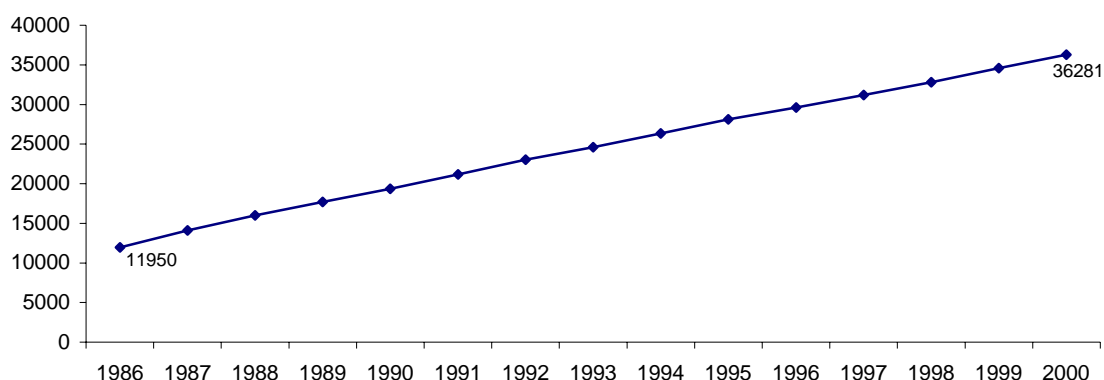
³ As associações são as seguintes: Opus Gay; H2 (Hip Hop); Unidos de Cabo Verde; Emp. de Messejana p/ o Desenvol. Integrado (ESDIME); Conselho Nacional de Juventude (CNJ); As. de Estudantes do ISCTE (AE ISCTE); A. Académica de Lisboa (AAL); Amnistia Internacional; SOS Racismo; Centro p/ a Cidadania Timorense (CPCT); A. de Apoio a Pessoas com

Breves notas sociográficas sobre o associativismo

Já em tempo de consolidação democrática, as associações de interesses são plataformas importantíssimas para a feição dessa democracia. Segundo Braga da Cruz (1995), a democracia portuguesa revelou um forte peso da partidocracia em processos e mecanismos de participação, inibindo em parte a afirmação de outras organizações. Mesmo assim, a par da multiplicação de novos temas dos movimentos sociais contemporâneos, as organizações têm-se expandido quer em extensão, quer no alargamento de áreas e temáticas abrangidas (Viegas, 1986). De acordo com Natália Azevedo (1997), em sentido contrário ao progressivo movimento de desinvestimento associativo observado nas colectividades culturais tradicionais, nasceu outro com intervenção em novas áreas sociais, reflexo dos modos de vida urbanos e aspirações/necessidades dos diferentes grupos sociais. No entanto, a sociedade civil portuguesa permanece frágil, devendo-se, para além de traços sociais e da história recente do país, à ausência de organização segundo os modelos hegemónicos dos países centrais da Europa (Santos, 1994).

A delimitação do universo associativo (quantificação e actividades dominantes) é um processo complexo e inacabado. As dificuldades em fazê-lo devem-se a várias ordens de razões: uma que se prende à volatilidade de algumas associações (devido à especificidade dos seus fins, motivações, contextos, etc.); outra, tem a ver com a existência de estruturas associativas informais que nunca se chegam a formalizar ou legalizar enquanto tal. Contudo, existe uma primeira dificuldade: a não existência de estatísticas sistematizadas e actualizadas, a não ser de forma segmentada com metodologias de recolha e organização da informação que não permitem a comparação sectorial.⁴ No entanto, é possível uma quantificação de um todo associativo, marcando-se a tendência da sua evolução nos últimos anos.

Figura 1 Evolução das organizações sem fins lucrativos (1986-2000)



Fonte: Registo Nacional de Pessoas Colectivas, 2000

No espaço de uma década e meia o número de organizações sem fins lucrativos triplicou. No entanto, o significado deste crescimento ainda está por definir. Estes números nada nos dizem sobre as actividades, as taxas de participação, sendo apenas uma quantificação do universo, não nos é possível deslindar aspectos mais qualitativos e caracterizadores destas organizações. Observando a figura 1, verificamos que o número de organizações sem fins lucrativos aumenta de forma contínua de 1986 (ano de entrada de Portugal na CEE, hoje UE) a 2000, fazendo-se, no entanto, a ressalva que podem estar registadas organizações que já não existem efectivamente mas que não anunciaram formalmente o fim da sua actividade e outras que nunca se chegam a formalizar enquanto tal.

VIH/SIDA (Abraço); A. Nacional de Conservação da Natureza (Quercus); A. Portuguesa p/ a Defesa do Consumidor (Deco); Conf. Nacional das Associações de Pais (CONFAP); Centro de Formação e Educação Permanente (CEFEPE).

⁴ A forma de recolha de dados dominante foi a de recorrer a estatísticas de vários organismos, públicos e privados, que produzem esta informação, ainda que de forma segmentada (cf. Martins 2001).

Quadro 1 Associações por distrito, em 2000 (em percentagem e densidade por 100 000 habitantes).

Distritos	% de associações	Assoc./100000 hab.
Aveiro	6,2	3,0
Beja	2,4	5,3
Braga	5,6	2,5
Bragança	2,4	5,9
Castelo Branco	2,6	4,6
Coimbra	6,0	4,9
Évora	2,7	5,7
Faro	4,0	3,7
Guarda	3,0	6,0
Leiria	4,4	3,5
Lisboa	22,6	3,9
Portalegre	2,2	6,3
Porto	12,0	2,5
Santarém	5,4	4,3
Setúbal	5,5	2,6
V. Castelo	2,3	3,4
Vila Real	2,3	3,7
Viseu	4,3	4,0
R.A.Açores	2,8	4,2
R.A.Madeira	1,3	2,0

Fonte: Registo Nacional de Pessoas Colectivas, 2000; INE, Censos da população de 2001.

Apesar das dificuldades de interpretação dos números, podemos aferir, em primeiro lugar, que é no distrito de Lisboa que se concentra um maior número de associações, seguido do distrito do Porto, embora com uma diferença assinalável, considerando-se que em tal concentração poderá haver maior diversidade de oferta associativa. Em segundo lugar, é essencialmente no interior do país que o impacto associativo é maior, aspecto reconhecido nos valores (rácio associações/população) de Portalegre, Guarda, Bragança e Évora.

Na tentativa de procurar as principais actividades que prevalecem no associativismo em Portugal, identificaram-se as associações sem fins lucrativos que constavam nas Páginas Amarelas, disponíveis na *internet* em 1998 (quadro 2). Embora se trate apenas de uma forma de aproximação à realidade e que só foram contabilizadas aquelas associações que utilizaram como estratégia de visibilidade a assinatura nas Páginas Amarelas, este é um possível reconhecimento empírico do universo em referência. Este processo faculta já um cenário do peso relativo das actividades predominantes destas organizações.⁵

⁵ A categorização das associações teve por base uma tipologia de reconhecimento empírico construída à medida que a sua diversidade e regularidade iam sendo identificadas. Este processo teve por base o conteúdo explícito do nome da associação. Aquelas cujos nomes não definiam o âmbito das suas actividades ou sugeriam classificações possíveis em várias categorias, foram contactadas para a identificação das suas actividades principais. Quando subsistiram dúvidas, excluíram-se da classificação (cerca de 4%).

Quadro 2 Classificação de associações segundo tipo de actividade, 1998 (percentagens)

Classificação de associações	%
Ass. Científicas	1,8
Ass. Artístico/literárias	2,7
Ass. Cultura de cariz popular (cultura e recreio) e desportivas	27,5
Ass. Estudantis e juvenis	5,0
Ass. Educativas e formativas	2,5
Ass. Humanitárias e de solidariedade	11,9
Ass. Defesa do património	
- Cultural	0,6
- Ambiental	1,0
- Misto	0,2
Ass. Socioeconómicas	
- Sindicatos	10,6
- Patronais	14,8
- Profissionais	3,7
Ass. Cívicas	0,9
Ass. Políticas	2,1
Ass. Consumo, lazer	
- Consumidores/utentes	0,3
- Lazer/turismo	0,5
Ass. Religiosas e metafísicas	0,6
Ass. de Corpos supranacionais	2,2
Ass. de Desenvolvimento	0,4
Ass. locais/regionais	
- Identidade local/regional	0,6
- Municípios	2,2
- Moradores / melhoramentos	0,4
Ass. de Identidade sexual / género	0,0
Ass. de Pop. Estrangeira	0,2
Ass. p/ Promoção das relações entre povos	0,3
Ass. Ex-pertenças colectivas	0,8
Ass. em benefício directo dos associados	1,2
Total (N=5318)	100,0

Nota: neste quadro estão, para além das associações sede, os vários núcleos.

Fonte: Páginas Amarelas, 1998

Uma das evidências (ilustrada no quadro 2) é a preponderância das associações de âmbito mais tradicional, ou seja, aquelas que tendencialmente são mais identificadas com os ‘velhos movimentos sociais’. Tendencialmente, porque muitas destas estruturas pouco têm a ver com movimentos sociais, ou seja, têm lógicas mais imobilistas de acção, garantido apenas alguns serviços ou funcionamento de espaços lúdicos que não resultam de actividades dinâmicas com objectivos organizados de acção colectiva.

Deste modo, realce-se o peso das associações do tipo cultural/recreativo e desportivo, com grande destaque no contexto associativo português. Este tipo de associação, longe de ser uma realidade homogénea, reflecte várias formas identitárias, algumas pouco confluentes entre si nos seus domínios e sentidos de acção (Viegas, 1986). Uma dessas identidades revela-se enquanto expressão do movimento operário (hegemonizando a produção cultural das camadas populares). Outra, revela a importância das identidades culturais socioecológicas (reconhecidas como identidades de bairro).⁶ Outra presença marcante no sector associativo é a das associações socioeconómicas. De acordo com dados do INE, de 1975 ao final dos anos 90, o número de associações patronais apresenta uma evolução de sentido contrário aos sindicatos.⁷ Estes apresentam um aumento das suas estruturas e aquelas decrescem. Contudo, as organizações sindicais diminuem de 1986 até ao encerrar da década anterior, podendo expressar alguma perda para este tipo de mobilização.

A prevalência de associações que protagonizam o ‘velho paradigma’, como conceptualiza Claus Offe (1985), mais centradas nos conflitos distributivos, mostra que o novo paradigma não é ainda uma realidade muito alargada, pelo menos tendo como reflexo desses movimentos as associações formais da sociedade civil. Há ainda a assinalar que, embora estas associações sejam mais

⁶ Para se conhecer alguns dos aspectos das colectividades de cultura e recreio como formas institucionais locais com importância na vida colectiva de bairro, consultar Costa (1998) (nomeadamente o cap. “Sítios, colectividades e rivalidades”).

⁷ Contudo, constata-se uma visão aparentemente contraditória quando se observa o número de filiados nas organizações patronais, por vezes mais elucidativo das suas dinâmicas, tendo crescido dos anos 80 até ao fim da década 90.

características dos ‘velhos’ movimentos sociais, não é de absolutizar que possuam formas cristalizadas de acção e de organização.

Não obstante a forte presença das associações anteriores, observa-se a emergência de algumas que, longe de terem ainda um peso tão afirmativo, passam já a fazer parte do figurino associativo. É o caso das associações ligadas ao património ambiental e histórico-cultural, ao consumo, ao lazer e questões cívicas e identitárias.

Uma das áreas mais paradigmáticas deste associativismo enquanto forma de novos movimentos sociais é a do ambiente. De acordo com a informação estatística do INE (de 1997 a 1999), houve uma ligeira diminuição destas associações. Tal aspecto pode não representar uma tendência forte, pois, por um lado, o curto espaço temporal não permite aferir que este segmento esteja em declínio, por outro, se articularmos esta informação com dados do Inquérito às ONGA (Nave e Fonseca, 2000), verificamos que o seu período de maior implementação foi de 1985 a 1994. Esta evolução poderia ocasionar, num gráfico de temporalidade alargada, uma curva mais elevada nesta altura (cujas consequências ainda são fortes em 1997, mas esbatidas em 1999). Para além de que, face a desafios colocados pelos projectos europeus, algumas organizações se tenham fortalecido e outras face a tais exigências tenham sucumbido. Apesar da sua quase exiguidade, este associativismo concentra-se essencialmente em Lisboa e Vale do Tejo (41%) (INE, Est. Ambiente, 1999).⁸ As associações de defesa dos consumidores começam também a ganhar destaque, com maior incidência nos grandes centros urbanos como Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal (Inst. do Consumidor, 1999).

As associações marcadas pelas novas temáticas da acção colectiva, para além do consumo e do ambiente, quase não existem percentualmente (quadro 2).⁹ Falamos agora daquelas cujo campo de acção se prende com a afirmação de uma identidade – associações de identidade juvenil (5%), regional/local (3,2%), minorias étnicas ou de imigrantes (associações de população estrangeira) (0,2%) e sexuais (0%) (Páginas Amarelas, 1998).

Novos associativismos e protagonistas: contextos e configurações sociais

Associações e composição social

Uma importante dimensão de análise destas associações é a composição social dos seus apoiantes. Alguns estudos sobre participação associativa caracterizam genericamente um membro de uma associação, realçando como perfil dominante o ser homem, entre os 30 e os 45 anos, com elevados níveis de escolaridade, urbano, solteiro e sem filhos (Delicado, 2003).

Uma das características que se identificou como predominante na composição social dos sócios das associações, de acordo com indicações dos entrevistados, é a pertença à fracção de classe da *pequena burguesia nova* (Bourdieu, 1979), como profissionais da área do social e professores, aqueles que supostamente estão mais atentos às desvantagens do sistema.¹⁰ Contudo, para além das profissões qualificadas, também os estudantes marcam presença importante (mesmo excluindo participações em associações de jovens ou estudantes), nomeadamente os do ensino superior (aspecto também realçado por Claus Offe na identificação de segmentos sociais mobilizados pelos NMS). O protagonismo da *pequena burguesia nova* é evidenciado nas declarações dos dirigentes, sobretudo em associações que se batem pela defesa e universalidade dos direitos humanos e cívicos ou que dizem respeito à reflexividade dos processos de modernização (como o consumo ou o ambiente). Ou seja, domínios de acção exigentes do ponto de vista do que se considera ser a estrutura de oportunidade social, nomeadamente no que diz respeito à profissão, escolaridade ou estilos de vida (Eder, 1993 e 1995). Contudo, existe também um perfil respeitante a situações de exclusão ou de precariedade no trabalho que, muitas vezes ancoradas a outras características, como a pertença a uma comunidade cultural, étnica, sexual ou de território, evidenciam, para além de dinâmicas de classe, dinâmicas culturais.

⁸ Apesar de números pouco significativos em relação às associações e taxas de participação, não significa que a visibilidade das suas acções não seja forte (veja-se a percentagem de pessoas que conhecem associações ambientalistas), sendo a forma como estas associações se transportam para o campo mediático e interferem no campo político por vezes marcante.

⁹ Para o reconhecimento de alguns destes contextos e universo quantitativo, ver Martins (2001) e Nunes *et al* (2001).

¹⁰ A análise assenta essencialmente nas declarações dos dirigentes, dada a dificuldade em obter-se bases de dados com informação fiável e anonimizada a este respeito.

Fenómeno presente nos Unidos de Cabo Verde e Opus Gay que, apesar da regularidade de pessoas com elevadas escolaridades, lidam também com uma grande diversidade social.

Apesar de não constituir propósito analítico aprofundar aqui as biografias dos dirigentes associativos, estas mostram-se, muitas vezes, determinantes na explicação da própria vida e orientação das organizações. Assim, trata-se de um conjunto bastante qualificado, em que a maior parte dispõe de estudos superiores. Tais qualificações reflectem-se nas suas inserções profissionais, dominando a docência ou um percurso profissional que já se imiscuiu, ele próprio, com a actividade associativa. Evidencie-se ainda a presença de profissionais liberais, nomeadamente do sector dos serviços sociais (visível nas formas de aplicação do direito, da economia ou da sociologia). Mais singularmente, surgem actividades artísticas e, ainda, um ou outro percurso próximo do mundo cooperativo e operário. É um grupo que, quase na sua totalidade, integra a categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento, tanto no contexto português como no europeu (Costa e outros, 2000).

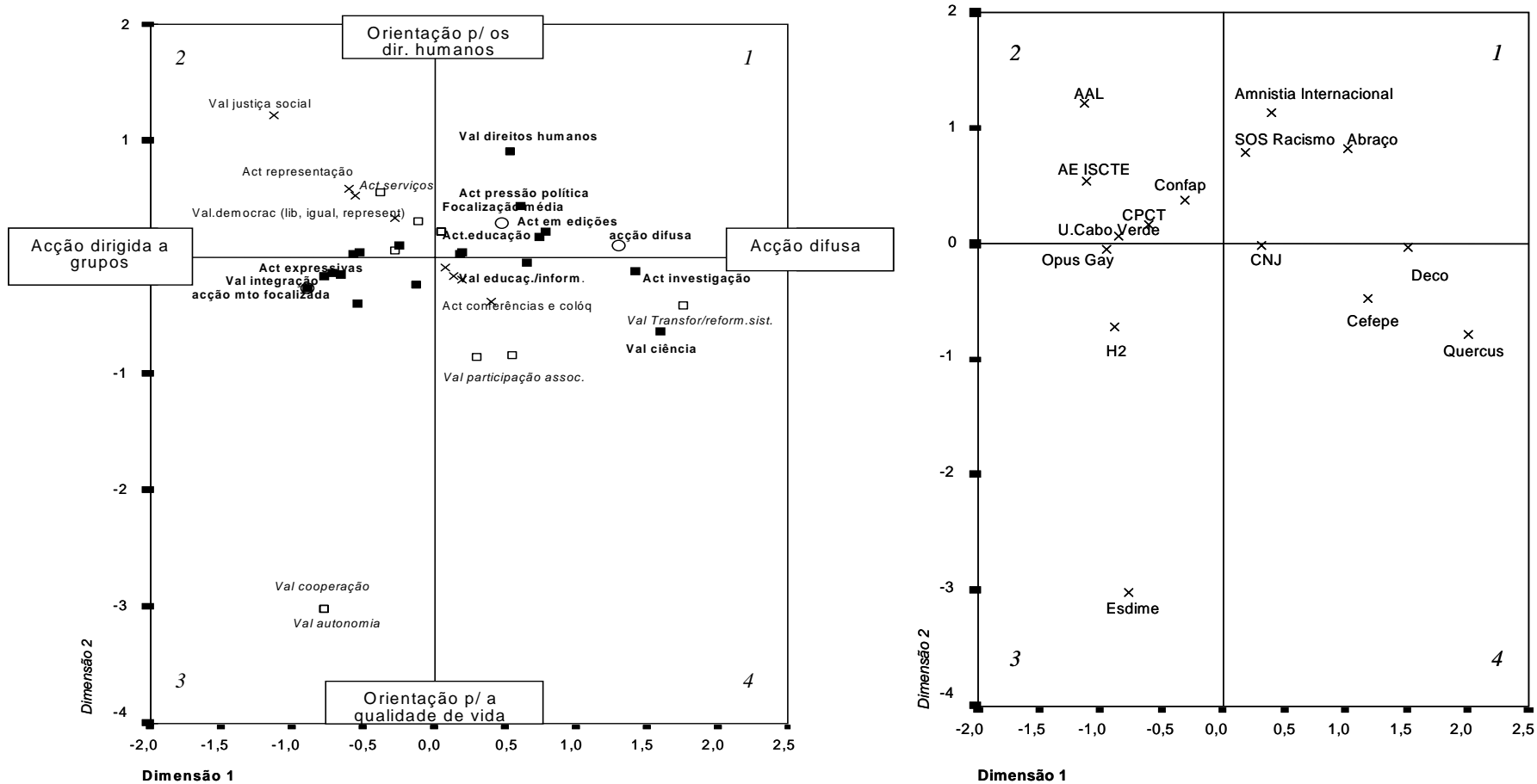
Tematizações, domínios de acção e valores

Através de uma perspectiva de *topologia social*, procurou-se aprofundar dimensões centrais da análise. Para tal recorreu-se à análise de homogeneidade.¹¹ Devido ao número elevado de categorias, apresentam-se duas projecções que posicionam separadamente, por um lado, as respeitantes aos valores, actividades e tipo de focalização da acção e, por outro, as próprias associações, conferindo melhor visibilidade à sua localização num único espaço topológico.

A partir da leitura da **figura 2**, se tivermos em linha de conta a *dimensão 1*, constatamos uma forte associação entre as actividades em investigação com as orientações para a transformação e a concepção reformista do sistema (onde a Quercus e a Deco tomam lugar), distintamente do grupo mais próximo das actividades culturais (como a H2, ESDIME, as associações de estudantes e, na fronteira dos quadrantes 2 e 3, a Opus Gay e os Unidos de Cabo Verde). Verifica-se ainda que as de estudantes e jovens ficam aqui mais próximas das que têm um forte pendor identitário nas actividades culturais, aspecto expressivo na postura de acção orientada para grupos (característica que aproxima a este grupo a CPCT). Na parte superior da figura 2, é notória a orientação para valores como a justiça social, os valores da democracia (nomeadamente a igualdade e a representatividade) e os direitos humanos, com reflexos no tipo de actividades exercidas. Por outro lado, a parte inferior da figura sugere-nos uma orientação para valores como a cooperação, a autonomia, a ciência (valor e actividades), a possibilidade de reformar o sistema, evidenciando-se preocupações com a qualidade de vida, relacionadas quer com a vivência de uma identidade quer com a eminência de riscos e perturbação de uma boa realização de estilos vida. Salientem-se as actividades em educação e formação como pouco discriminadoras, pois a sua regularidade é consonante com as perspectivas que classificam as sociedades contemporâneas como educativas e de informação.

¹¹ Os indicadores construídos para a análise (*homals*) obrigaram à redução dos discursos para, assim, serem utilizados. As entrevistas foram também alvo de uma análise de conteúdo, explorada em Martins (2001).

Figura 2 Espaço topológico das actividades e valores das associações



Legenda: ■, O (focalização da acção) e **bold**: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 1; □ e *itálico*: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 2; x: categorias com capacidade de discriminação transversal aos dois eixos (a diferença de valores nas duas dimensões é inferior a 0,05).

Nota: As variáveis estão polarizadas (“sim” e “não”). As categorias que não têm uma designação, mas que mantêm a sua sinalética nas figuras, dizem respeito à negação da categoria representada. Algumas categorias situam-se no mesmo espaço, sobrepondo-se o símbolo que as identifica. Estas informações servem também para a leitura da figura seguinte.

As associações mais marcadas pelo sentido da identidade, sobretudo as que se prendem com as minorias, têm de forma mais preponderante actividades culturais e assistenciais ou de prestação de serviços. Se isolarmos as de estudantes e as de jovens deste grupo, somamos-lhes actividades em pressão e confronto político e representatividade. As associações de direitos humanos têm em comum com as mais identitárias as actividades assistenciais, mas reforçam as de edições e serviços de informação, pressão e confronto político. As de causas globais situam-se essencialmente em actividades científicas (investigação, conferências, colóquios e seminários, edições e serviços em informação) e de oposição e confronto político. As de actuação no sistema escolar mostram-se muito distintas, pois se por um lado uma delas protagoniza actividades científicas (a CEFEPPE), a outra revela actividades assistenciais e de representação (a CONFAP) em afinidade com as de estudantes.

Contextos sociopolíticos e relações com o estado

Procurou-se, ainda, relacionar indicadores sociopolíticos com o tipo de actividades realizadas. Contudo, para evitar que se anulassem as diferenças, suprimiu-se o indicador do posicionamento esquerda-direita, mantendo-se apenas as relações com o estado, aspecto distintivo entre estas organizações.¹² Assim, a **figura 3** tem como variáveis de referência as actividades e as relações com o estado.

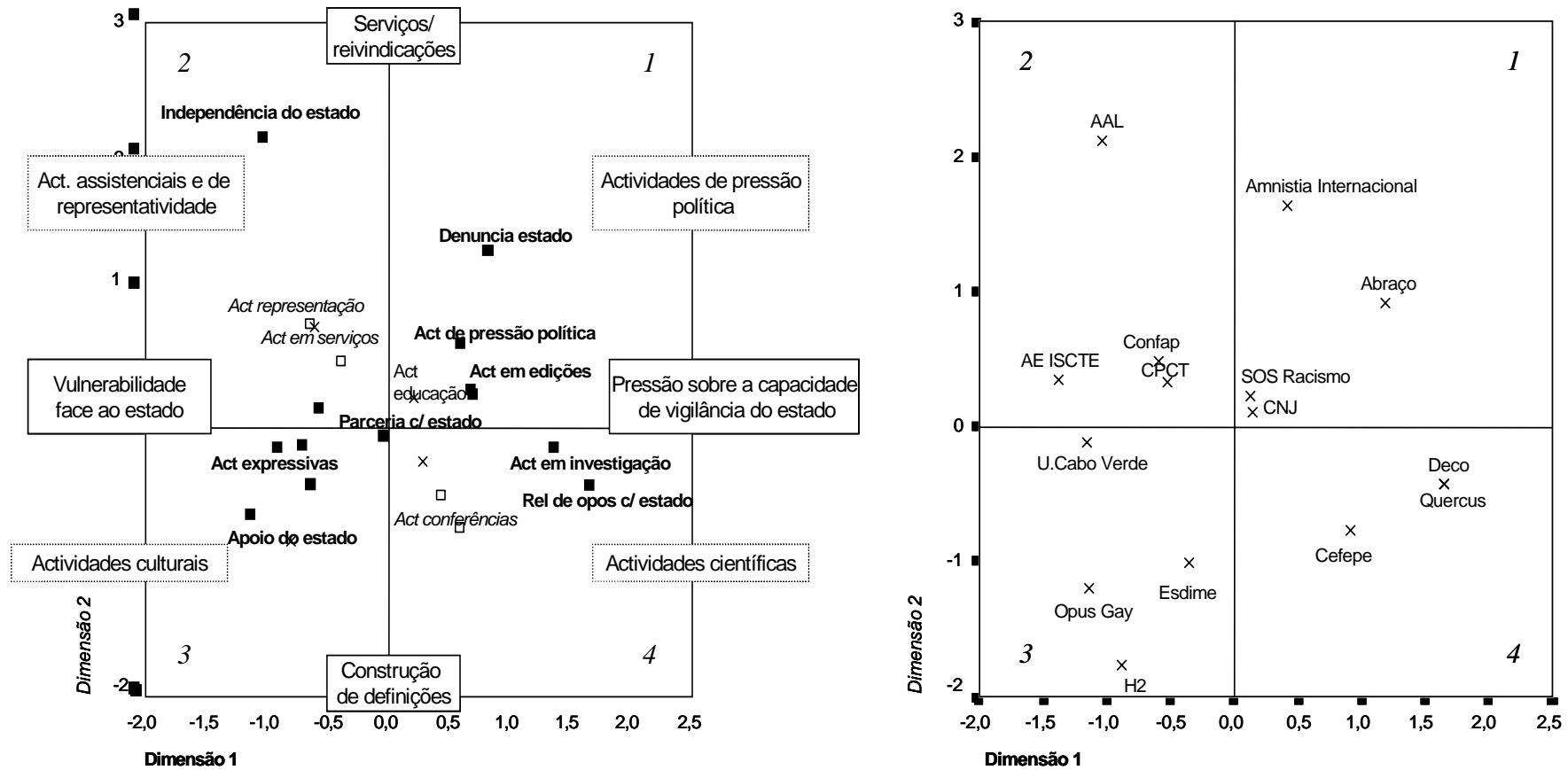
O quadrante mais condicionado pelo apoio do estado, evidencia projectos mais identitários e de autodefinição. As associações mais sensíveis aos apoios do estado têm a sua dinâmica prisioneira das disposições e sentidos positivos dessa relação. Aspecto intimamente ligado às próprias dimensões organizacionais, com reflexos na sua capacidade de profissionalização e descentralização da acção, na criação de redes de trabalho e na forma como intervêm num espaço público. As actividades de pressão política associam-se a uma postura de denúncia do estado. As organizações centradas na investigação (que constróem conceitos sobre a realidade) têm actividades como conferências, colóquios ou seminários, e mantêm uma relação de oposição às políticas do estado mesmo que isso seja marcado por momentos de colaboração. A relação entre estas características permite testar positivamente a proximidade entre a Quercus e a Deco e, com alguma distância, a CEFEPPE. Destaque-se os estudantes na independência, não obrigatoriamente económica, face ao estado, sobretudo, a AAL (a mais distanciada das restantes organizações), com actividades de representatividade e de serviços. De perfil semelhante, encontra-se a CONFAP, reflectindo uma certa proximidade aos estudantes. Perto do cruzamento dos dois eixos encontram-se aquelas com parcerias com o estado, com actividades em educação e em edições e publicações (o que de forma pontual aproxima o CNJ ao SOS Racismo).

Complementarmente, realizou-se outro ensaio da *homals* mas sem resultados tão expressivos como os anteriores. As variáveis tidas em conta nessa análise prendem-se com os direitos que estão no centro da acção destas associações, com as suas formas de oposição e, novamente, com as relações com o estado. Analiticamente sobressai um conjunto de associações mais identitárias (com a proximidade do SOS Racismo e a AE do ISCTE), cuja estratégia de oposição se mostra menos direccionada a entidades e mais a (pré-)conceitos ou abstracções. Um outro perfil associativo, que se pauta pela oposição aos violadores dos direitos humanos, tem como estratégia dominante a denúncia e condicionamento político dos estados perpetradores. Uma outra configuração é marcada pela oposição ao estado e às empresas que não cumprem com as propostas programáticas das associações em causa, aquela em que podemos esperar que as suas conquistas se centrem, tal como no anterior perfil, em direitos políticos (exemplificado-se com a Quercus e a Deco), o que, na definição de Rucht (1990), salienta a sua instrumentalidade e condicionamento das elites político-administrativas.

As associações analisadas deram grande centralidade às actividades que se relacionam com a educação e formação. Tal revelou-se importante sob vários pontos de vista. Em primeiro lugar, válido essencialmente para as associações que defendem grupos minoritários que se situam nas “margens” do social, permite entender a educação como forma de integração e autonomia de “subculturas” ou “contraculturas”; em segundo, mostra que, dotando um número cada vez maior de pessoas com informação sobre as questões em causa, melhor preparados se encontram para o exercício da cidadania nas várias temáticas.

¹² Os entrevistados evidenciam as suas actividades exteriores às classificações clássicas de esquerda-direita. Embora, quando questionados, tendem a mostrar maior identificação com a esquerda.

Figura 3 Espaço topológico das actividades das associações e as das relações com o estado



Legenda: ■, O (focalização da acção) e **bold**: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 1; □ e *italico*: categorias com capacidade de discriminação na dimensão 2; x: categorias com capacidade de discriminação transversal aos dois eixos (a diferença de valores nas duas dimensões é inferior a 0,05).

Notas Finais

Tendo como objecto empírico o associativismo, podemos salientar que existem algumas propriedades destes NMS que os distanciam dos movimentos tradicionais, pelo menos nos moldes como estes têm sido teorizados. As áreas temáticas em que actuam são uma dessas características. Estas estão marcadas pelos contextos das sociedades contemporâneas, associadas por um lado à afirmação de identidades (sexuais, étnicas, regionais, etc.) e, por outro, à noção de risco e de perda de confiança nas instituições modernas.

Ainda relacionado com a análise dos temas de que estes movimentos sociais são protagonistas, está o distanciamento da esfera da produção, trabalho e salários, etc. (não querendo dizer que se encontram de todo afastadas da esfera económica) enquanto lugar de interesses e de conflitos. São os direitos culturais e políticos, como sugere Eder (1993 e 1995), que constituem um dos principais tipos de orientação destas associações e pelos quais, muitas vezes, se envolvem em conflitos. Alguns dirigentes focaram como inovadora, para além das temáticas e métodos de trabalho, a forma como estas associações promovem a possibilidade da sociedade se poder pensar a si própria, imprimindo aquilo a que Melucci se referia como a forma auto-reflexiva da acção dos fenómenos colectivos contemporâneos.

Numa nota final, não se considerou aquele que constituiu o objecto de estudo, os NMS, como fenómenos linearmente distintos e que derivam de uma evolução etápica dos “velhos” movimentos sociais. Aspecto ainda mais evidente para o contexto nacional, em que, com uma democracia recente, se assistiu a movimentos com lógicas comuns, cruzando temáticas e organizações inovadoras com formatos mais convencionais.

Bibliografia citada

- APPLETON, Andrew (1999), “The new social movement phenomenon: placing in comparative perspective”, *West European Politics*, 22 (4), pp. 57-75.
- AZEVEDO, Natália (1997), “Práticas de recepção cultural e públicos de cinema em contextos cineclubísticos”, *Sociologia*, 7, pp. 129-196.
- BECK, Ulrich (1994a), “The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization”, em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Judgment*, Paris, Editions du Minuit.
- CARVALHO, M. do Carmo (1998), “Sociedade civil, estado e terceiro setor”, *São Paulo em Perspectiva*, 12 (4), pp. 83-91.
- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.
- COSTA, António Firmino da, Rosário MAURITTI, Susana da Cruz MARTINS, Fernando Luís MACHADO, e João FERREIRA DE ALMEIDA (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- CRUZ, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora.
- DELICADO, A. (2003), “A solidariedade como valor social no Portugal Contemporâneo”, em J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos, *Atitudes Sociais dos Portugueses 5: Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS.
- DIANI, Mario (1993), “Themes of modernity in new religious movements and new social movement”, *Social Science Information*, 32 (1), pp 111-131.
- DIANI, Mario (1992), “The concept of social movement”, *The Sociological Review*, 40 (1), pp 1-25.
- EDER, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres, Sage Publications.

- EDER, K. (1995), “Does social class matter in the study of social movements? A theory of middle-class radicalism”, em L. Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future of Collective Action*, Londres, Sage, pp 21-54.
- ESTANQUE, Elísio (1999), “Acção colectiva, comunidade, e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, pp. 85-111.
- GIDDENS, Anthony (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- MARTINS, Susana da Cruz (2001), *Associações e Modos de Acção Colectiva no Âmbito dos Novos Movimentos Sociais*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- MARTINS, Susana da Cruz (2001), “Novos associativismos e tentativas na sociedade portuguesa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 103-132.
- MELUCCI, Alberto (1995), “The new social movements revisited: reflections on a sociological misunderstanding”, em L. Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future Of Collective Action*, Londres, Sage, pp. 107-119.
- NAVE, Joaquim Gil e Susana FONSECA (2000), *As Organizações Não Governamentais de Ambiente – Elementos de Fenomenologia*, Lisboa, Observa.
- NUNES, Francisco, Luís Reto, e Miguel CARNEIRO (2001), *O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades*, Lisboa, INSCOOP.
- OFFE, Claus (1985), “New social movements: challenging the boundaries of institutional politics”, *Social Research*, 52 (4), pp.817-868.
- RUCHT, Dieter (1990), “The strategies and action repertoires of new movements”, em Dalton Russel e Manfred Kuechler (orgs.), *Challenging the Political Order: New Social and Political Movements in Western Democracies*, Cambridge, Polity Press, pp. 156-175.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- TOURAINE, Alain (1999), *Como Sair do Liberalismo*, Lisboa, Terramar.
- TOURAINE, Alain (1994), *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Jean Piaget.
- VIEGAS, José Manuel Leite (1986), “Associativismo e Dinâmica Cultural”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1, pp. 103-121.